



Justiça Federal da 1ª Região
Varas e Juizados (1º grau)
Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **1001443-74.2019.4.01.3900**
Órgão julgador: **5ª Vara Federal Cível da SJPA**
Jurisdição: Seção Judiciária do Estado do Pará
Classe: PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (193)
Assunto principal: Adjudicação
Valor da causa: R\$ 10.000,00
Medida de urgência: Sim
Partes: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. (33.337.122/0001-27)
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP) (04.933.552/0001-03) e outros

Audiência

Documentos protocolados	Tipo	Tamanho (KB)
Petição inicial	Petição inicial	0,04
PAP - Inicial.pdf	Inicial	414,57
Custas.pdf	Guia de Recolhimento da União - GRU	231,98
Doc. 1 - Contrato de Locação Original.pdf	Documento Comprobatório	580,95
Doc. 2 - Contrato de Transição n. 8.pdf	Documento Comprobatório	8935,88
Doc. 3 - Edital Leilão.pdf	Documento Comprobatório	950,83

Assuntos

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO/Licitações/Adjudicação	Lei Lei 8666/93
---	---------------------------

TESTEMUNHA

LEONARDO DIB FREIRE (Advogado)
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.

TESTEMUNHA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)
UNIÃO FEDERAL
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIARIOS

Distribuído em: 31/03/2019 22:41

Protocolado por: LEONARDO DIB FREIRE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA ____ VARA FEDERAL CÍVEL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. (“Ipiranga”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.337.122/0001-27, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 329, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.941-900, por seus advogados,¹ vem, respeitosamente, com fundamento nos artigos 381 e seguintes do Código de Processo Civil, ajuizar a presente

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

em face de **(i) COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (“CDP”)**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ sob o nº 04.933.552/0001-03, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 41, Belém/PA, CEP 66.010-000; **(ii) UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito

¹ A Ipiranga informa que a procuração dos signatários será juntada posteriormente, nos termos do artigo 104 do CPC.

público interno, com endereço no Edifício Sede I, Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Lotes 5/6, Edifício Multi Brasil Corporate, 5º e 6º andares, Brasília/DF; **(iii) AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (“ANTAQ”)**, autarquia especial criada pela Lei nº 10.233/2001, inscrita no CNPJ sob nº 04.903.587/0001-08, com endereço no ST SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Lote 10, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.760-540, com base nas razões de fato e de direito adiante articuladas.

Termos em que pede deferimento.

Belém, 31 de março de 2019.

Luciano de Souza Godoy

OAB/SP 258.957

Ricardo Zamariola Junior

OAB/SP 224.324

Janaina Dutra Thuller

OAB/SP 339.561

Leonardo Dib Freire

OAB/SP 341.174

Juliana Silva Bento

OAB/SP 426.706

SUMÁRIO EXECUTIVO

I. SÍNTESE NECESSÁRIA

Desde a década de 70, a Ipiranga explora legitimamente a área portuária localizada no Porto Organizado de Belém/PA, denominada Terminal Petroquímico de Miramar (BELO4).

Desde o primeiro contrato, há previsão de indenização dos bens e benfeitorias reversíveis incorporados à área às expensas da Ipiranga para consecução das atividades concedidas.

Porém, a relação contratual com a Ipiranga está em vias de ser encerrada, pois a ANTAQ promove, nesse momento, leilão para escolha de uma nova arrendatária para o terminal.

Segundo o cronograma do Edital, em 5.4.2019, o vencedor será escolhido em sessão pública.

II. RAZÕES E OBJETO DA PRODUÇÃO ANTECIPADA

A Ipiranga, atual arrendatária, concorrerá no certame, mas, se perder, terá de desocupar o terminal muito em breve.

Consequentemente, faz-se necessária a realização de perícia para levantamento de todo o patrimônio existente na área arrendada à Ipiranga. Considerando o risco de uma eventual saída da Ipiranga, há fundado receio de que a prova se perca ou que venha a se tornar impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos.

Além disso, a constatação e o registro dos bens e benfeitorias locais pelo Poder Judiciário são imprescindíveis para conferir a segurança, idoneidade e assertividade necessárias a justificar ou evitar o ajuizamento de uma futura ação indenizatória pela Ipiranga, impedindo que se questione a higidez da prova produzida, que corre o risco iminente de perecer ou ser adulterada.

Portanto, está-se diante da hipótese do inciso I do artigo 381 do CPC, pois, a depender de quem seja o vencedor da licitação, a Ipiranga terá de deixar a área, o que impossibilitará ou dificultará sobremaneira a realização da prova pericial que ora se pretende no curso de eventual ação.

E também se está diante da hipótese III do mesmo dispositivo, pois a perícia objeto desta produção antecipada de provas poderá indicar se há a necessidade de amortização/indenização quanto a benfeitoras e/ou a bens reversíveis.

III. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

I.1 A OCUPAÇÃO DO TERMINAL MIRAMAR PELA IPIRANGA | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO PORTUÁRIA

1. Desde 1971, a Ipiranga explora legitimamente área portuária localizada no Porto Organizado de Belém/PA (doc. 1), denominada Terminal Petroquímico de Miramar (“Belo4”). A superfície da área de arrendamento é de aproximadamente 25.010 m², com conexões de rodovia e cais, conforme indicado na figura:



2. Antes da nº Lei 8.630/93 (antiga “Lei de Portos”), a exploração por particulares de áreas portuárias da União era regulada por contratos de locação firmados com autoridades portuárias locais à luz do Código Civil de 1916.
3. O regime jurídico então aplicável era de direito privado. Os princípios que hoje regem as concessões de serviço público, incluindo-se conceito de reversibilidade dos bens necessários à operação portuária, ainda não haviam sido estabelecidos.
4. Com o advento do primeiro marco regulatório do setor – a “Lei de Portos”, de 1993 –, a exploração portuária passou ao regime jurídico das concessões de serviço público, demandando licitação prévia.

5. Contudo, a despeito da inovação normativa, inicialmente não houve, por parte da União, o necessário fomento para que as áreas portuárias fossem submetidas à licitação, tampouco para que os contratos de locação celebrados no regime anterior fossem adaptados ao regime de direito público.

6. Frustrada a primeira tentativa de regulação uniforme do setor portuário, foi editada, então, a Lei nº 12.815/13 (“Nova Lei de Portos”), que revogou a Lei nº 8.630/93 e criou novas regras para exploração dos portos e de suas instalações.

7. A Nova Lei de Portos reafirmou a obrigação da União de explorar as áreas portuárias por intermédio do arrendamento público *“mediante a celebração de contrato, sempre precedida de licitação”*.²

8. O mais recente marco regulatório do setor portuário³ conferiu ao então Ministério do Transportes, Portos e Aviação Civil (atualmente Ministério da Infraestrutura, conforme MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019) a competência para celebrar os referidos contratos de concessão e arrendamento portuários, na condição de poder concedente, consoante o disposto no artigo 16, inciso III, da Lei nº 12.815/2013.

9. Ao passo que à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) – autarquia federal integrante da Administração Indireta Federal –, coube a realização dos procedimentos licitatórios, a confecção das minutas de edital e contrato, a partir das diretrizes do poder concedente, consoante o artigo 6º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 12.815/13.

10. A Nova Lei dos Portos também previu a reversibilidade dos bens vinculados ao arrendamento portuário à União, na forma originalmente prevista no contrato.⁴

² Lei nº 12.815/13, artigo 4º: “A concessão e o arrendamento de bem público destinado à atividade portuária serão realizados mediante a celebração de contrato, sempre precedida de licitação, em conformidade com o disposto nesta Lei e no seu regulamento.”

³ Lei nº 12.815/13 e o art. 7º, inciso I, da Lei nº 13.341/16.

⁴ Lei nº. 12.815/2013. Art. 5º. § 2º: *Findo o prazo dos contratos, os bens vinculados à concessão ou ao arrendamento reverterão ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato.*

11. A fim de regularizar a situação jurídica dos terminais portuários anteriormente locados até que viessem a ser realizadas as licitações, a ANTAQ, por meio de atos normativos, dentre os quais se destaca a Resolução Normativa nº 7/2016,⁵ (“RN nº 7/2016”), trouxe a figura dos Contratos de Transição, renováveis a cada 180 (cento e oitenta) dias.

12. Portanto, até que sejam realizadas as licitações previstas na Nova Lei dos Portos, as relações entre os atuais arrendatários e o Poder Concedente são reguladas pelos instrumentos contratuais anteriormente celebrados ou, se já tiver ocorrido seu vencimento, por contratos de transição celebrados conforme regulamentação da ANTAQ.

13. A seguir, passa-se a abordar o histórico da relação contratual ajustada entre a Ipiranga e a CDP desde a década de 70 no que tange à instalação portuária BELO4, sua evolução frente a essas mudanças legislativas e regulatórias do setor e as repercussões da licitação que se encontra em andamento para essa área sobre a esfera jurídica da Ipiranga (Leilão nº 13/2018-ANTAQ, doc. 3) que justifica o ajuizamento da presente produção antecipada de prova.

I.2 A OCUPAÇÃO DA ÁREA BELO4 PELA IPIRANGA | VÍNCULO JURÍDICO | CLÁUSULA DE REVERSIBILIDADE | LICITAÇÃO EM ANDAMENTO

14. Como dito, a longeva relação contratual que assenta a exploração da área BELO4 no Porto Organizado de Belém/PA pela Ipiranga remete a 1971, quando foi firmado o primeiro instrumento, intitulado Escritura Pública de Contrato de Locação S/Nº, de 01/12/1971 (“Contrato de Locação”), entre a Companhia das Docas do Pará e a Texaco Brasil S.A.⁶ (doc. 1).

⁵ Artigos 46 e seguintes.

⁶ Posteriormente adquirida pela Ipiranga, que a sucedeu no ajuste.

15. Com o passar dos anos, o Contrato de Locação foi sucedido por uma Escritura Pública de Retificação do Contrato de Locação e outros 6 (seis) termos aditivos, seguidos de 8 (oito) Contratos de Transição, a saber:

Instrumento	Data de Celebração	Partes	Objeto
Escritura Pública de Contrato de Locação S/Nº	01/12/1971	CDP e Texaco Brasil S.A.	Locação de terminal de inflamáveis em terreno de 40.275 m ² , situado no Terminal de Miramar.
Termo Aditivo nº 1 (escritura)	08/01/1974	CDP e Texaco Brasil S.A.	Alteração das Cláusulas Primeira e Nona, acerca das dimensões da área alugada, que passou para 24.787,02 m ² .
Termo Aditivo nº 2 (escritura)	26/11/1979	CDP e Texaco Brasil S.A.	Alteração das Cláusulas Sexta e Nona, acerca do pagamento de taxas portuárias e da possibilidade de movimentação de álcool anidro.
Termo Aditivo nº 3 (escritura, denominada TA nº 2)	10/03/1981	CDP e Texaco Brasil S.A.	Alteração da Cláusula Sexta, acerca do pagamento de taxas portuárias.
Termo Aditivo nº 4 (escritura, denominada TA nº 3)	22/06/1982	CDP e Texaco Brasil S.A.	Estabelecimento de valor da cobrança pela movimentação de álcool anidro.
Termo Aditivo nº 5 (escritura, denominada TA nº 4)	21/08/1984	CDP e Texaco Brasil S.A.	Alteração da Cláusula Sexta, acerca do pagamento de taxas portuárias.
Termo Aditivo nº 6 (escritura, denominada TA nº 5)	22/03/1996	CDP e Texaco Brasil S.A.	Prorrogação do prazo pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de 01/09/1995, passando seu término para 31/08/2000. O contrato considera-se prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, sempre que não houver a sua denúncia com antecedência mínima de 6 (seis) meses do seu término por qualquer das partes. Estabelecimento de valor de taxa de capatazia.
Termo Aditivo nº 7 (denominada TA nº 6)	04/12/2009	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Registro de mudança de razão social de Texaco Brasil S.A. para Chevron Brasil LTDA e, posteriormente, para Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Contrato de Transição nº 1	25/08/2015	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Arrendamento, em caráter transitório, de instalação portuária com área de 24.787,02 m ² , destinada à atividade de recebimento, armazenamento e expedição de inflamáveis líquidos a granel.
Contrato de Transição nº 2	19/02/2016	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Arrendamento, em caráter transitório, de instalação portuária com área de 24.787,02 m ² , destinada à atividade de recebimento, armazenamento e expedição de inflamáveis líquidos a granel.
Contrato de Transição nº 3	19/08/2016	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Arrendamento, em caráter transitório, de instalação portuária com área de 24.787,02 m ² , destinada à atividade de recebimento, armazenamento e expedição de inflamáveis líquidos a granel.
Contrato de Transição nº 4	22/02/2017	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Arrendamento, em caráter transitório, de instalação portuária com área de 24.787,02 m ² , destinada à atividade de recebimento, armazenamento e expedição de inflamáveis líquidos a granel.
Contrato de Transição nº 5	22/08/2017	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Arrendamento, em caráter transitório, de instalação portuária com área de 24.787,02 m ² , destinada à atividade de recebimento, armazenamento e expedição de inflamáveis líquidos a granel.

Contrato de Transição nº 8	15/02/2019	CDP e Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Arrendamento, em caráter transitório, de instalação portuária com área de 24.787,02 m ² , destinada à atividade de recebimento, armazenamento e expedição de inflamáveis líquidos a granel.
----------------------------	------------	--	--

16. Já na origem, o critério da reversibilidade dos bens do Terminal Miramar foi estabelecido na cláusula décima primeira, do primeiro instrumento:

Cláusula Décima Primeira. Parágrafo Único – As benfeitorias, assim realizadas, serão imediatamente incorporadas ao patrimônio da CDP [...] na forma seguinte: – À Locatária competirá a execução dessas mesmas benfeitorias, que correrão por sua conta, exclusiva, financiando-as integralmente, e, ao término, mediante apresentação de um orçamento discriminativo do que foi realmente gasto, para efeito de ressarcimento, o que será feito pela CDP, mediante a retenção, por parte da locatária, de 50% de todas as taxas portuárias devidas e arrecadadas, em consequência do presente até integral liquidação dos gastos realizados, que entretanto, não poderá ultrapassar o prazo de vigência do presente contrato, considerando-se liquidada essa conta, findo ou rescindido o presente Contrato.

17. Referida previsão foi mantida no último instrumento, o Contrato de Transição nº 8, em sua Cláusula Décima Primeira: (doc. 2)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVERSÃO DOS BENS (art. 5º, VIII, Lei n.º 12.815/2013): Os bens vinculados ao presente Contrato de Transição sofrerão o encargo da reversibilidade nos mesmos moldes do Contrato de Arrendamento anteriormente em vigor, de modo que aqueles que porventura carreguem a mácula de reversibilidade, por força legal ou contratual, serão do mesmo modo considerados no âmbito do presente instrumento.

18. **Preservou-se, portanto, até os dias de hoje, a disposição contratual que assegura à Ipiranga o direito de ser ressarcida pelos gastos despendidos com os bens/benfeitorias reversíveis incorporados ao patrimônio do terminal portuário.**

19. Ao longo das 4 (quatro) décadas em que a Ipiranga explorou a área no Porto Organizado de Belém/PA, foram incorporados à instalação portuária, às expensas da arrendatária, bens e benfeitorias destinados à consecução da atividade portuária. Aqui, vale dizer que uma das utilidades desta produção antecipada de provas é também permitir a verificação quanto à realização do ressarcimento via retenção de taxas portuárias, na forma da cláusula décima primeira do contrato original.

20. Ao término da relação contratual ajustada com a Ipiranga, referidos bens e benfeitorias, afetados ao serviço prestado e essenciais à sua execução, serão provavelmente revertidos em favor do Poder Concedente, que usufruirá desse patrimônio nos futuros contratos de arrendamento da instalação portuária.

21. Neste momento, a ANTAQ promove licitação para inaugurar uma nova relação contratual de arrendamento do terminal que até então vinha sendo explorado pela Ipiranga (doc. 3):

Leilão nº 13/2018 (BEL04)

Arrendamento de área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis, localizada na área do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, denominada BEL04.

22. No entanto, apesar de estar em vias de ser finalizada a relação contratual então vigente com a Ipiranga, com a possibilidade de entrada de um novo arrendatário, não se tem clara a situação relativa às benfeitorias e bens reversíveis, necessários para guarnecer a instalação portuária da estrutura patrimonial que se fez necessária ao longo do tempo, e à sua eventual indenização/amortização.

23. Como a licitação está transcorrente e a Ipiranga corre o risco de ter de desocupar o terminal sem acerto prévio nesse sentido, faz-se necessário apurar, precisamente, todo o patrimônio existente no terminal Belo4.

II. PRELIMINARMENTE

II.1. LEGITIMIDADE PASSIVA

24. São requeridas a CDP, a ANTAQ e a União Federal.

25. A CDP, autoridade portuária responsável pelo Porto Organizado de Belém/PA, é parte no contrato com a Ipiranga e a pretensão diz respeito ao patrimônio incorporado pela Ipiranga à instalação portuária localizada dentro do porto de sua responsabilidade.

26. A União Federal, por sua vez, é o Poder Concedente, responsável pela exploração dos portos. A seu favor serão revertidos os bens e benfeitorias incorporados pela Ipiranga a BELO4, palco da produção antecipada de provas ora requerida.

27. Já a ANTAQ, autarquia federal, é a responsável pela condução do certame licitatório que tem como objeto a área portuária onde estão os bens e benfeitorias contemplados na produção de provas ora requerida.

28. Além disso, a União Federal e a ANTAQ, embora não integrem o contrato, seriam rés, em conjunto com a CDP, em eventual ação indenizatória passível de ser promovida, o que justifica estarem no polo passivo, até mesmo para que participem do contraditório e não venham posteriormente questionar a legitimidade da prova produzida.

29. Aliás, o próprio contrato de transição atualmente em vigor não foi assinado pela ANTAQ e pela União Federal – apenas pela Ipiranga e pela CDP –, de modo que as primeiras não participaram de qualquer levantamento de bens já realizado.

30. Assim, demonstrada a legitimidade da CDP, da ANTAQ e da União Federal, de rigor que sejam citadas sobre a produção da prova ora pretendida, nos termos do artigo 382, §1º do CPC.⁷

II.2.COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARÁ

31. É competente a Seção Judiciária do Pará para o processamento da PAP.

⁷ CPC. Art. 382. § 1º: *O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente caráter contencioso.*

32. Em primeiro lugar, a cláusula vigésima primeira do Contrato de Transição nº 8 elege a cidade de Belém como foro para discussão de quaisquer ações judiciais:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO (art. 5º, XVIII, Lei nº 12.185/2013):
As partes elegem a Cidade de Belém, Estado do Pará, como foro para discussão de quaisquer ações judiciais, ficando desde já expressa a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

33. Em segundo lugar, o local da produção de provas é a área Belo4, localizada no Porto Organizado de Belém/PA, o que atrai a competência do juízo do foro dessa localidade, nos termos do artigo 381, §2º do CPC.⁸

34. Em terceiro lugar, a Companhia das Docas do Pará é empresa pública federal e a União e a ANTAQ são requeridas, sendo competente a Justiça Federal do Pará pelo critério *ratione personae*, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal,⁹ e do artigo 45, inciso I, do CPC.¹⁰

III. OBJETO DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

35. A presente produção antecipada de provas presta-se a produzir prova pericial idônea consistente no levantamento e registro do acervo patrimonial atual da área BELO4.

⁸ CPC. Art. 381. § 2º: A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.

⁹ CF. Art. 109: Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

¹⁰ CPC. Art. 45: Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:

36. Diante da licitação em curso e da iminente sessão pública agendada para 5.4.2019, que elegerá um novo arrendatário, em breve a Ipiranga poderá ter de desocupar o local, afastando-se do objeto da prova.¹¹

37. Considerando que o ressarcimento equivalente aos custos de incorporação de patrimônio à instalação portuária é assegurado contratualmente e decorre do próprio instituto jurídico da reversibilidade dos bens, a Ipiranga tem o direito de produzir a prova perseguida neste feito, seja para respaldar um eventual pleito indenizatório futuro contra as requeridas ou para avaliar a própria pertinência de ventilar ou não esse pleito.

IV. FUNDAMENTOS E NECESSIDADE DA PROVA

38. Esta PAP fundamenta-se nos incisos I e III, do artigo 381, do CPC.

39. Considerando a possível (e iminente) contratação de uma nova arrendatária para explorar a área que vem sendo ocupada pela Ipiranga nas últimas 4 (quatro) décadas, bem como a existência de bens reversíveis no local, há fundado receio de que a prova se perca ou que venha a se tornar impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência de eventual ação de indenização.

40. Sem embargo, o prévio conhecimento e registro, através do Poder Judiciário, de todo o patrimônio existente na área arrendada, confere a segurança, idoneidade e assertividade necessárias para justificar ou evitar o ajuizamento de uma futura ação indenizatória pela Ipiranga.

41. Ainda que durante a relação contratual possam ter sido elaboradas eventuais listas esparsas indicativas de bens instalados na área arrendada, nem a União, tampouco a ANTAQ – rés de eventual ação indenizatória que se cogita propor a depender dos

¹¹ A Ipiranga é uma das concorrentes do certame, mas não necessariamente será vencedora.

desdobramentos da PAP – assinaram quaisquer delas. Ademais, **nenhuma dessas listas categoriza os bens e benfeitorias como reversíveis ou irreversíveis.**

42. Conforme foi dito acima, assiste à Ipiranga o direito a ser indenizada pelos bens reversíveis agregados ao terminal segundo o primeiro instrumento firmado e o Contrato de Transição nº 8 (último celebrado), que preservou os termos inicialmente ajustados.

43. E a licitação em curso ensejará o término do contrato e a desocupação da área arrendada, caso a Ipiranga, que é uma das concorrentes, não vença o certame.

44. Antes que isso ocorra, há que se levantar o acervo detalhado dos bens e benfeitorias existentes, mediante intervenção do Poder Judiciário. Somente se praticado dessa forma é que o ato não será taxado de unilateral e poderá ter sua consistência questionada pelas requeridas se a demanda indenizatória for intentada.

45. Portanto, está-se diante da hipótese do inciso I do artigo 381 do CPC, pois, a depender de quem seja o vencedor da licitação, a Ipiranga terá de deixar a área, o que impossibilitará ou dificultará sobremaneira a realização da prova pericial que ora se pretende no curso de eventual ação.

46. E também se está diante da hipótese III do mesmo dispositivo, pois a perícia objeto desta produção antecipada de provas poderá indicar se há a necessidade de amortização/indenização quanto a benfeitoras e/ou a bens reversíveis.

47. O interesse e a necessidade no prosseguimento desta PAP são, portanto, inquestionáveis face ao cenário existente.

48. O objeto da PAP está perfeitamente delimitado e há precisão dos fatos sobre os quais a prova deve recair:¹² prova pericial para levantamento e constatação de todos os bens/benfeitorias instalados na área arrendada, além da verificação de seu estado de conservação, tempo de uso etc.

49. Desde logo se esclarece que a recomposição que a Ipiranga poderá vir a buscar baseada no resultado da PAP não tem relação com a indenização que está prevista na cláusula 27.2.10,¹³ do Edital do Leilão nº 13/2018-ANTAQ (doc. 3).

50. Com efeito, a indenização a que se refere o Edital origina-se na Portaria nº 39, de 26 de janeiro de 2017, que autorizou a realização de investimento emergencial¹⁴ no terminal da Ipiranga, mediante Termo de Risco de Investimento – TRI.

51. **A presente PAP trata dos bens reversíveis que foram agregados ao terminal pela Ipiranga ao longo dos anos, que são distintos e não se confundem com os investimentos emergenciais autorizados mencionados no Edital.**

52. Essas, as razões pelas quais a Ipiranga necessita da produção de prova para prevenir responsabilidades, bem como para justificar, ou não, a propositura de uma ação de rito ordinário mais adiante.

¹² CPC, artigo 382: “Na petição, o requerente apresentará as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionará com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair.”

¹³ 27.2.10. Comprovante de pagamento de indenização devida ao antigo titular da área no valor de R\$ 8.044.832,00 (oito milhões, quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e dois reais), referente a parcela não amortizada dos investimentos realizados em bens afetos ao arrendamento.

¹⁴ Sistema de combate a incêndio, apenas.

V. URGÊNCIA | RISCO DE PERECIMENTO

53. Segundo o cronograma editalício, em 5.4.2019, ocorrerá a sessão pública do leilão e após 30.4.2019 será homologado o resultado final e adjudicado o objeto. Daí, em cerca de 45 (quarenta e cinco), a ANTAQ poderá convocar a adjudicatária para celebração do novo contrato de arrendamento (doc. 3).

54. Àquela altura, a Ipiranga, se não vencer o certame, já terá deixado a área para que a nova arrendatária a ocupe, distanciando-se, assim, do local dos fatos, com privação de acesso e de qualquer forma de controle acerca dos bens reversíveis não amortizados.

55. Em vista disso, a garantia da integridade da prova pressupõe a sua realização **antes** que o terminal seja desocupado e arrendado a um terceiro, do que resulta a urgência em seu deferimento, de forma prioritária.

56. A demora certamente acarretará o perecimento do objeto desta PAP, ou, quando menos, expõe a prova a sério risco de adulteração, comprometendo-a, irremediavelmente, com reflexos perniciosos sobre o direito da Ipiranga.

VI. PEDIDO

57. Tudo posto, a Ipiranga requer, de forma urgente:

- (i) a produção de prova pericial para levantamento e constatação do patrimônio integrante da instalação portuária arrendada à Ipiranga no Porto Organizado de Belém/PA, com indicação precisa e descritiva de todos os bens e benfeitorias existentes, isto é, com o detalhamento dos ativos;
- (ii) a citação das requeridas, para que tomem ciência a respeito desta produção antecipada da prova; e

(iii) a intimação urgente das requeridas para que deem ciência do presente feito aos eventuais participantes da licitação referente à área BELO4.

58. Ainda, pede-se sejam todas as intimações relacionadas a este feito publicadas exclusivamente em nome dos advogados **Luciano de Souza Godoy**, inscrito na OAB/SP sob o nº 258.957, e **Ricardo Zamariola Junior**, inscrito na OAB/SP sob o nº 224.324, ambos com endereço profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 5º e 6º andar, CEP 01451-914, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, e endereço eletrônico intimacoes@pvg.com.br.

59. Por fim, a Ipiranga informa que a procuração dos signatários será juntada aos autos dentro do prazo de 15 dias úteis, conforme artigo 104 do CPC.¹⁵

60. Dá-se a causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais).

Termos em que pede deferimento.

Belém, 31 de março de 2019.

Luciano de Souza Godoy

OAB/SP 258.957

Ricardo Zamariola Junior

OAB/SP 224.324

Janaina Dutra Thuller

OAB/SP 339.561

Leonardo Dib Freire

OAB/SP 341.174

Juliana Silva Bento

OAB/SP 426.706

¹⁵ CPC, artigo 104: “O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

§ 1º Nas hipóteses previstas no caput, o advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.”